

Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das "comunidades" no plano simbólico do desenvolvimento sustentável

Marcio Lima Ranauro (mranauro@yahoo.com.br) *

Resumo

Esse trabalho procura focar a relação dos atores sociais de "comunidades" com projetos de Desenvolvimento Sustentável. O eixo observado está na distância entre saberes, linguagens e o sistema simbólico dos atores, e a dificuldade de comunidades tradicionalmente excluídas do processo de decisão em "participar". Como o global e sua estrutura funcional burocrática - calçada por um sistema simbólico dominante - aumenta as distancias e dificulta a participação destas comunidades nos processos de Desenvolvimento Sustentável. Pretende-se mostrar que um caminho para a Sustentabilidade, na sua prática, se fará possível através da possibilidade de conferir voz ao outro, àquele que também participa do processo da vida social e que, no entanto, não se representa nem é representado. O Desenvolvimento Sustentável é uma utopia, e como utopia que se pretende virar lugar comum deve encontrar mecanismos de implementação. A lógica da transformação não pode ser baseada na lógica da situação, senão será a sua reprodução. Um novo ritmo/rumo das relações sociais deve ser estabelecido, em que não encontremos apenas uma voz, um saber, uma ética e uma lógica, mas várias que coabitam o mesmo meio ambiente e por isso devem participar, com seus saberes, linguagens e entendimento do mundo para que se possa encontrar a possibilidade de uma verdadeira Sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Comunidade e Saber Local.

Abstract

This work deals with the relation of the social actors belonging to "communities" with projects of sustainable development. It focuses their different kinds of knowledge, languages and symbolic systems, as well as the difficulty of communities traditionally excluded of decision-making processes in "participate" in the projects. It emphasizes the way the global and the corresponding bureaucratic functional structure - with its dominant symbolic system - increase distances and make more difficult the participation of these communities in sustainable development undertakings. A path to sustainability will only be possible if voice is given to those that belong to social life but are not represented. Sustainable development is a utopia, and, as a utopia intended to become commonplace, it is necessary to find mechanisms of implementing it. Transformation logics cannot be based in the usual logics, or it will only serve to the present conditions reproduction. A new rhythm/direction should be established to social relations, so

Introdução

Nos últimos dez anos, talvez não se tenha pensado em outra utopia - de forma generalizada - que não seja baseada na idéia do Desenvolvimento Sustentável. Sua proposta não apenas oferece um mundo melhor por conta da preservação da natureza, mas promete também uma diminuição considerável da pobreza e da desigualdade. Por isso, é muito provável que muitos já queriam viver dentro dos moldes do Desenvolvimento Sustentável, a ponto que ele deixe até de ser uma utopia e venha a virar um lugar comum.

Ao mesmo tempo em se percebe os efeitos da globalização, o Desenvolvimento Sustentável, ao longo dos dez últimos anos, vem ganhando adeptos que têm traduzido seu entendimento de diversas maneiras, seja na área da economia, da sociologia ou do meio ambiente. Mas duas delas, dicotômicas, podem demonstrar o alcance de tal conceito e ser sintetizadoras de todas as outras: 1) o entendimento do que o Desenvolvimento Sustentável propõe para o nível macro do desenvolvimento da sociedade, apontando para transformações estruturais em todo o mundo; e 2) o conceito abrange, também, uma atenção em especial para o nível micro das relações sociais - e mais precisamente neste trabalho, das comunidades.

A proposta do Desenvolvimento Sustentável não apenas sugere uma filosofia de mundo, como também aponta caminhos para sua transformação. Propõe agendas, métodos e modelos para as políticas públicas, ensinando-nos "como fazer" um mundo sustentável. Suas sugestões são tão amplas que impulsionam mudanças tanto no nível macro como no nível micro das relações sociais. No Relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU¹, um novo contrato, baseado na "necessidade"

de se estabelecerem novos cursos para o desenvolvimento é apresentado e, a partir dele, novas conferências passam a ocorrer para a "correção" dos rumos, bem como a assinatura de novos tratados é realizada em prol do desenvolvimento mundial.

O Estado, legítimo representante do nível macro, assume determinada posição na disputa social, em que classes e grupos colocam-se com interesse de serem representados. Este campo de batalha funciona com um sistema legal, burocrático e funcional - que seria a própria máquina estatal - , no qual dominar suas regras e códigos oferece vantagens para seus jogadores. No âmbito dessa disputa, o Desenvolvimento Sustentável passa a existir, enquanto realidade, apenas no momento em que ganha espaço nesse sistema legal ou nessa arena de conflitos. Fora dele, não há a prática, mas apenas seu discurso. Sua proposta, nesse nível, é apenas a sugestão da materialização de bases para um novo contrato social.

Nas comunidades, entendido aqui como o ambiente do nível micro da sociedade, manifestam-se também interesses e disputas de grupos e classes, mas não para reger os sistemas legais do Estado, mas antes para encontrar formas de existência na relação com este. Para a comunidade, o Desenvolvimento Sustentável, inicialmente, oferece mudanças, mas não participação, pois em seu discurso só restam as representações e as adaptações que o nível macro permite que sejam implementadas.

Num primeiro momento, este quadro parece estático, estando o nível micro da sociedade refém a todo o tempo do nível macro. No entanto, vivemos em constantes transformações entre as relações sociais numa velocidade cada vez menos perceptível. Dessa forma, a relação dialética entre macro e micro vai além de sua dicotomia, pois não encontramos no "mundo

* Mestrando do Programa EICOS - Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da UFRJ.

¹ Este Relatório apresenta ao mundo o conceito de sustentabilidade e define suas diretrizes.

real" um quadro estático, pronto a ser moldado e apropriado por propostas transformadoras, mas um mundo dinâmico e ativo, que a cada momento se expande ou se contrai, proporcionando mudanças e adaptações.

A sociedade "viva", ou seja, aquela em que as relações acontecem e onde decisões são tomadas, não se pensa como micro ou macro, mas navega no tempo, transformando-se no novo, que se estabelece no presente. O jogo de poder, referido no início do texto, confere diretrizes macro, enquanto o nível micro cria e recria estratégias de existência que vão além das possibilidades legais e burocráticas - representantes legítimas de uma sociedade "morta", feita apenas de papel.

Na análise do discurso do Desenvolvimento Sustentável, um ator parece fazer a diferença: as "comunidades". O discurso aponta para a necessidade de se relacionar a ela, de trabalhar com ela, de ser sustentável a partir da sua "participação". Por isso, o entendimento do conceito de comunidade é crucial, pois dele partem as estruturas simbólicas que darão base à sustentação de uma prática efetivamente sustentável.

Da teoria ao campo: o entendimento do conceito de Comunidade

As idéias expostas a seguir fazem referência a experiências de contato e trabalho com grupos e "favelas" do Rio de Janeiro e Grande Rio, a partir de projetos de formação de liderança locais, que tinham como objetivo estimular/apoiar projetos de meio ambiente, cultura, saúde e geração de renda em suas comunidades². Não se pretende aqui generalizar na observação, mas apontar para uma proposta que visa integrar saberes e códigos de grupos tradicionalmente excluídos dos processos de

decisão nas políticas de implementação do Desenvolvimento Sustentável.

Num sentido acadêmico, o conceito de comunidade apresenta duas explicações. A primeira remete ao entendimento Europeu do termo, que sugere que comunidade seja vista como um espaço de pertencimento e de identidade, onde grupos estejam compartilhando dos mesmos valores e habitus. A segunda, vinda da Escola de Chicago, trata comunidade como um espaço territorial/físico, onde grupos distintos convivem sobre os mesmos conflitos do cotidiano.

O que se pretende trabalhar aqui é sobre a idéia/sensação que o termo comunidade representa numa perspectiva local, em contraste com a perspectiva acadêmica. A proposta desta reflexão tem como objetivo um pragmatismo que almeja encontrar, em escalas locais, o sentido de "comunidade" e com ele trabalhar. Procura-se uma integração a partir do entendimento dos códigos usados localmente, sendo eles os norteadores da apropriação do termo e de suas perspectivas de geração de ações locais. Num determinado campo social, estão as formulações conceituais criadas pelo meio acadêmico; em outro, as definições e as percepções advindas do próprio cotidiano local.

Pôde-se notar, a partir da observação das representações de lideranças comunitárias, que o sentido atribuído ao termo fazia uma junção das duas explicações teóricas sobre comunidade, no qual ela era entendida como um lugar de uso comum dos grupos que nela habitavam - ou a sua "territorialidade" - devendo ser compartilhado e merecendo atenção de todos que nela estavam inseridos. A idéia da comunidade ultrapassa a idéia de pertencimento por identidade mas, sem descartá-la, procura incorporar sua sensação de partilha dos mesmos problemas locais. A

² D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. A porta, a ponte e a rede: reflexões para pensar (o conceito de) rede o (o conceito de) comunidade. Rio de Janeiro: Eicos, mimeo. 2003

territorialidade é a referência para se pensar a comunidade, no qual o espaço, ou até mesmo o meio ambiente, são vistos como a comunidade de uso, domínio de todos os ali presentes. Esta sensação tem como objetivo unir - sem desconsiderar as diferenças - os grupos locais num mesmo sentido de ação: "somos diferentes mas vivemos na mesma comunidade". A comunidade "refaz" os laços sociais³ com um novo sentido: político, solidário, compartilhado e de "igualdade por proximidades" (sociais, culturais e econômicas).

Comunidade seria, então, uma outra definição para "bairro", "condomínio", "conjunto habitacional", "favela", mas que, no entanto, não estava sendo apenas recortado pela sua demarcação regional. A comunidade era o espaço daqueles que estavam "ali" e não em outro lugar, que pertenciam "ao lugar" e integravam-se simbolicamente a ele.

A apropriação do termo parte da necessidade da união, da criação de laços sociais por objetivos comuns. A sensação a ser criada é a de que "todos estão no mesmo barco" e que, estando ele bem ou não, "todos" sofrem das mesmas conseqüências. A integração não se faz apenas por uma "impressão" de semelhança/identidade, mas pela necessidade de estarem juntos, compartilhando dos mesmos problemas e criando forças para solucioná-los.

Na perspectiva local, a comunidade se materializa. Independente de sua representatividade ou participação a "comunidade" está ali. No mesmo sentido, a comunidade se fortalece - não havendo outras oportunidades de se expressar, ao menos em grupo existe a possibilidade de ser representado - e se aproxima - mesmo considerando a dificuldade de integrar todos os membros da comunidade numa mesma ação, o fato de estabelecer e/ou marcar "aquele lugar" como uma comunidade faz

de todos os seus "moradores" membros "de um grupo".

O termo comunidade, para estes grupos, como se pôde perceber, representa algo muito importante, que os aproxima das relações macro. Fortalecer a comunidade é fortalecer a representatividade de todos que estão "ali" e que, talvez, não reconheçam outras formas de se tornarem atores sociais "ativos".

A idéia de participação como um meio⁴, de Marcos Kisil, ilustra muito bem o que as lideranças locais tentam conseguir em suas comunidades para alcançarem representatividade em seus projetos em nível macro. No entanto, seu fortalecimento também é uma forma de atingir a participação como um fim⁵, a partir da sensibilização da maioria da comunidade. Neste sentido, a idéia de comunidade tem um "valor de uso" muito bem trabalhado, ao mesmo tempo em que resgata os laços sociais locais através da sensação advinda dessa idéia de comunidade e do pertencimento.

O conceito de comunidade, dessa forma, atribui força para a representatividade de grupos na escala macro das relações sociais. A importância de se considerar esta maneira de ver o que é comunidade vai além de se considerar somente o espaço físico que grupos e comunidades ocupam, ou o espaço das relações sociais que ganham na disputa por poder e participação no cenário político-social. Ela abre uma importante porta que possibilita a aproximação de atores relevantes no processo de fortalecimento da proposta de Desenvolvimento Sustentável, além de integrar a esta proposta novos saberes e possibilidades de caminhos a serem seguidos para tornar possível essa utopia.

O fortalecimento de lideranças locais que, por sua vez, contribui para o fortalecimento da comunidade, é uma forma

3 "...A participação pode ser vista como um meio de se conseguir um objetivo ou propósito fixado. Em outras palavras, é um modo de usar a comunidade para propósitos estabelecidos fora da comunidade." (Kisil. s/d, 149)

4 "...A participação também pode ser vista como um fim em si mesmo. A ênfase é então colocada na participação como um processo no qual a confiança e a solidariedade entre as pessoas são estabelecidas. Não é vista meramente como uma técnica de gerência mas, pelo contrário, como um meio de capacitar as pessoas a se tornarem mais diretamente envolvidas no desenvolvimento." (Kisil. s/d, 149)

de alcançar uma catarse Gramsciana, possibilitando a estas lideranças - como intelectuais de classe - representarem e tornarem públicas suas visões de mundo, seus saberes e linguagens no nível macro do desenvolvimento social. Não só estas lideranças passam a ser reconhecidas como atores sociais ativos, como também suas comunidades. Acredita-se ser este o caminho da governança local explicitada por Kisil (s/d, 145), e também um caminho, endógeno, do empoderamento.

Sustentabilidade para quem? A relação entre atores e a (im)possibilidade de participação e diálogo

A proposta de Desenvolvimento Sustentável não surgiu nas comunidades, nem mesmo tem seu reflexo em representações do nível micro das relações sociais. O Desenvolvimento Sustentável é o Desenvolvimento preocupado com o seu futuro. Sustentabilidade é uma forma de conservar o caminho do desenvolvimento traçado até o presente, para que seja possível e viável a continuidade da existência do homem sobre a natureza, ou melhor, sobre um domínio ainda maior do homem sobre a natureza.

Nesse sentido, Desenvolvimento Sustentável carrega um significado para um determinado grupo social que vive e que se sustenta através do controle do Desenvolvimento. É em relação à sua forma de ver o mundo que a sustentabilidade, como proposta, passa a existir e tomar corpo. Como diz Bourdieu, "o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder manter a ordem ou a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras." (Bourdieu, 1998. 15). Portanto, a simples existência da palavra "sustentabilidade" já permite agregar uma complexa rede de significados, muitas

vezes manipulados para fins de grupos específicos. O conceito de Desenvolvimento Sustentável é entendido aqui como mais um conceito vigente no atual direcionamento dado ao desenvolvimento mundial, e por mais que sua proposta sugira uma certa "revolução", não deixa de ser também uma forma conservadora de manutenção do status quo. Desse modo, o Desenvolvimento Sustentável pede uma agenda, propõe um determinado modelo para o desenvolvimento mundial, uma vez que nesse jogo, as dinâmicas sociais em comunidade acabam virando reféns de uma estrutura de fora pra dentro, que não dialoga, reproduzindo sempre o antigo modelo de desenvolvimento.

Assim como o Desenvolvimento e seu conceito marcaram o rumo/ritmo da mudança em escala global, fazendo do último século, um século à parte da história da humanidade, o Desenvolvimento Sustentável aparece agora como a tendência da vez, dando um novo sentido de mundo para o mundo, num momento em que uma outra proposta ou palavra que destoe de seus pressupostos não se faz ouvir.

Essa reflexão não encontra reflexos apenas no nível macro das relações sociais mas, também no nível micro. Como salientou Bourdieu: se as palavras tem poder, este poder está em materializar um sentido para o mundo atribuído por aqueles que dominam a comunicação "destas" palavras. Portanto, elas acabam por determinar uma ordem/sentido nas relações sociais em geral, nos planos macro e micro, que por sua vez, estruturam as relações sociais e suas representações.

Não há aqui uma intenção de subverter as apropriações positivas do conceito, nem mesmo de negá-lo. A corrente social e ecológica que se apropria do termo, a todo o momento, estia as bandeiras da proposta num sentido de igualdade com

equidade. A reflexão que se propõe é a de que a proposta de Desenvolvimento Sustentável não faz sentido se não houver, na sua metodologia, o "diálogo" permanente entre todos os atores envolvidos. Tal proposta de diálogo não pode concentrar-se, evidentemente, num monólogo assistido e "concordado", mas num espaço de valorização das vozes da diversidade. No entanto, uma consideração deve ser feita: o diálogo, por sua vez, não é possível quando se fala apenas uma língua, ou quando a palavra ou o discurso aponta apenas num sentido. O diálogo deve ser intenso e aberto, deve contemplar visões diferentes de mundo, deve encontrar caminhos não vislumbrados apenas por uma ótica: enfim, deve haver uma interação entre as diferenças.

É possível observar em projetos/ programas com comunidades, que existe uma distância muito grande entre os saberes dos grupos envolvidos. Estes saberes, que são estruturados em visões de mundo diferentes, marcam formas diversas da relação dos homens entre si e com a natureza. O capital simbólico, social e cultural do grupo proponente não é, necessariamente, compartilhado por grupos locais e comunidades tradicionalmente excluídas do cenário de participação política. Essa distância sinaliza a dificuldade de integração, e mesmo da participação, de outros atores que não dominam nem compartilham dos códigos e saberes de um "outro" sistema simbólico. A exclusão não é apenas econômica, mas também, e principalmente, simbólica. E o que impossibilita muitas vezes a aproximação de outros grupos em espaços de diálogo é justamente a dificuldade de diferentes grupos compartilharem os mesmos códigos simbólicos.

Os saberes de grupos e de comunidades tradicionalmente excluídas são estruturados de forma própria às suas

visões e valores de mundo, a seu habitus. Isso faz com que suas contribuições sejam estruturadas pela forma como estes grupos e comunidades entendem e se relacionam com o "seu" mundo, sua lógica, sua ética, seus saberes e seus valores. A distância entre esses saberes e códigos locais e os saberes e códigos "de fora", externos à dinâmica lingüística e cultural da comunidade, gera a conseqüente dificuldade de relacionamento entre diferentes atores, ao mesmo tempo em que marca o problema da integração de comunidades no processo do Desenvolvimento Sustentável. Essa situação, muitas vezes, provoca o choque entre visões de mundo destoantes, criando conflitos, ao invés de se tentar aprender/apreender os saberes destas comunidades para sua efetiva contribuição no processo de desenvolvimento.

A impossibilidade do diálogo, portanto, dá-se pela diferença do sistema simbólico de todas as partes envolvidas, em que o domínio de códigos e linguagens marca "o quanto" de espaço cada grupo terá na participação do processo de desenvolvimento.

Uma sustentabilidade possível: capital social e qualidade de vida, as bases para o empoderamento de comunidades

A eficácia da sustentabilidade está em envolver todos os atores envolvidos num mesmo processo. A equidade da proposta faz dela uma utopia no sentido de apontar para um rumo que a todos interessa. Não faria sentido se deparássemos, no futuro, apenas com a reprodução de um modelo que encontrou unilateralmente na sustentabilidade a sua manutenção. Dessa forma, a proposta da sustentabilidade deixaria de existir.

Mas como garantir que a

sustentabilidade seja implementada de forma a proporcionar o fim das desigualdades, considerando as disputas de poder que marcam hoje as relações sociais em geral?

Primeiramente, as bases para a mudança deveriam ter como eixo a distribuição de poderes e a possibilidade de comunidades e seus grupos de serem considerados como atores ativos na construção de uma nova história através da valorização de suas culturas, saberes e diversidades. Marcus Kisil aborda um tema relevante para esta proposta, que é a ideia da governança a nível local (KISIL, s/d, 145). Observamos neste conceito a possibilidade do envolvimento através de um "bem comum" tendendo a orientar a ação de atores num grau de compromisso em que a mudança se daria no sentido da participação multilateral, e seus objetivos seguiriam fins públicos e não privados.

A governança a nível local sugere que o desenvolvimento leve em consideração a importância do nível micro das relações sociais em comparação ao nível macro. Não seria, assim, uma agenda unilateral que forjaria as bases para o Desenvolvimento Sustentável, mas, sim, o encontro por novas práticas a nível local, permitindo com isso um novo olhar para o desenvolvimento, em que haja a valorização da diversidade. Nesse sentido, as comunidades deveriam ser empoderadas para administração do espaço territorial local e os laços de união social, como salienta D'Ávila Neto (1999, 12), estariam envolvidos na relação com o meio ambiente, na qualidade de vida e na sustentabilidade ambiental. Edgard Morin, na sua reflexão sobre os sete saberes necessários à educação do futuro, aponta na direção de um homem que resgate o seu sentido de espécie, sendo sua relação com o meio ambiente não uma relação de distanciamento e apropriação, mas de

coexistência.

A relação homem/natureza aponta para os grupos e comunidades como uma relação que marca na sua cultura uma forma de ver o mundo que, por sua vez, estrutura o sistema simbólico dessas comunidades. A apropriação e o empoderamento de comunidades, a partir do aumento de seu capital social e através do domínio de códigos e linguagens da disputa política - sem ferir seu código cultural, seus saberes e sua visão de mundo - e da administração do território e da governança a nível local, aproximam estes grupos e comunidades no desenvolvimento em escala macro social.

A participação das comunidades não deve, pois, ser vista apenas como meio através do qual se dá o envolvimento com um "outro" e que se estabelece as bases da ação, mas como um fim, que visa resgatar e valorizar saberes locais, priorizando-os nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si. As comunidades, se postas em ação, implementariam um novo ritmo na ordem do desenvolvimento, um ritmo endógeno e dinâmico, que contribuiria para a proposta da sustentabilidade, que não seria equitativa de outra maneira.

O meio ambiente confeccionaria, desse modo, o laço integrador entre os grupos e a bandeira da qualidade de vida, encontrando na sustentabilidade uma responsabilidade de todas as governanças locais. A valorização do sistema simbólico das comunidades seria uma forma de integração nas políticas macro, e o aumento de seu capital social uma ferramenta de empoderamento.

Conclusão

A proposta de empoderamento de comunidades deveria ser a proposta da sociedade civil, ou nas palavras de Marcus Kisil, do Terceiro Setor. A distribuição de poderes é que conferiria as possibilidades

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. Os "novos" pobres e o contrato social: receitas de desenvolvimento, igualdade e solidariedade ou da solidariedade, seus mitos, laços e utopias. 1999
- _____. A porta, a ponte e a rede: reflexões para pensar (o conceito de) rede o (o conceito de) comunidade. Rio de Janeiro: Eicos, mimeo. 2003
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000
- KISIL, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. (s/d).
- MORIN, Edgard. Os sete saberes necessários à educação do futuro. - 5. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002
- SACHS, Ignacy. Social sustainability and whole development: exploring the dimensions of sustainable development. In: BECKER, Egon, JAHN Thomas (Eds.). Sustainability and the social sciences. New York: Zed, 1999
- SADER, Emir. Século XX: uma biografia não autorizada. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.